

A linha dura do Citi

Dr. Corbina

por Paulo Sotero
de Washington

GAZETA MERCANTIL

05 FEV 1987

aumentando-as em 37% em 1986, de US\$ 1,24 bilhão para US\$ 1,7 bilhão.

No final do ano, as proviões contra débitos duvidosos do Citicorp representavam 1,3% de seus empréstimos, contra 1,03% no ano anterior. No mesmo período, Reed, em lugar de maximizar os lucros do banco, preferiu aumentar seu capital e reservas em 35%, de US\$ 15,9 bilhões para US\$ 21,5 bilhões.

Reed negou ao jornal que haja uma relação direta entre sua decisão de melhorar a posição das reservas com a posição mais militante que o Citicorp assumiu contra os reescalamentos à la mexicana.

Analistas citados pelo periódico acreditam, contudo, que há uma relação entre as duas coisas. "Sua preocupação com o problema da dívida permeia a decisão de fortalecer as reservas", disse James McDermott, diretor de pesquisa da Keefe Bruyette & Woods Inc., empresa de

Nova York que opera com títulos.

A nova disposição do Citicorp manifestou-se recentemente nas renegociações das dívidas das Filipinas e do Chile, dois países cujo comitê de bancos credores não é dirigido pelo Citicorp, mas pelo Manufacturers Hanover Trust.

O banco opôs-se a uma redução considerável do "spread" (taxa de risco) para as Filipinas, com a qual os outros grandes já haviam concordado, e, com isso, bloqueou as conversações durante várias semanas.

No caso do Chile, o Citicorp brigou duas vezes: primeiro, ao opor-se com veemência a um esquema de reprogramação da fórmula de pagamento de juros, que as autoridades de Santiago desejam ver passar de semestral para anual. Depois, o Citicorp sugeriu que, em lugar da reprogramação ou de um empréstimo de dinheiro novo, a melhor saída para se levanta os cerca de US\$ 600 milhões de que o Chile precisa neste ano seria fazer uma emissão de títulos garantidos pelos bancos-membros do comitê. O Chile e os bancos com assento no comitê rechaçaram a idéia.

O endurecimento da posição do maior banco americano tem a ver, obviamente, com o desejo de proteger a saudável receita que tem recebido pelos empréstimos que fez aos países do Terceiro Mundo. Embora os empréstimos do Citicorp ao Brasil representassem, no final do ano passado, apenas 3,6% do volume total de créditos concedidos

pelo banco em dezembro do ano passado, os negócios com o País são dos mais rentáveis.

De acordo com o relatório anual do Citicorp relativo a 1985, o banco realizou 25% do lucro de US\$ 998 milhões que registrou naquele ano em suas operações no Caribe, na América Central e na América do Sul. Isso representa muito mais do que os ganhos que o Citicorp obteve na Europa, no Oriente Médio, na África ou no Pacífico.

O próprio Reed não mede as palavras quando enfatiza a importância para o Citicorp das receitas que realiza no Terceiro Mundo. Para o Citicorp, disse ele, o Plano Cruzado II "é uma das coisas mais importantes para (determinar) a receita do banco em 1987 (...). Mais importante do que mudar a Lei Glass Steagall (a lei federal que impede os bancos comerciais de atuar como bancos de investimento), o novo código fiscal dos EUA ou qualquer outra coisa".

(Continua na página 16)

A linha dura do Citi

por Paulo Sotero
de Washington

(Continuação da 1ª página)
Embora não neguem que, ao adotar uma posição de recusa a termos que considera concessionais para novos empréstimos, Reed está procurando proteger a receita da instituição que dirige. Funcionários do banco procuraram enfatizar, ontem, que sua preocupação tem um escopo mais amplo e abrange também os interesses dos outros bancos e dos próprios países devedores. "Eu sei que vai ser difícil vender a teoria de que os países devem pagar mais pelos empréstimos que tomarem ou refinanciarem. Mas o que Reed está dizendo é que você não pode usar a renegociação mexicana como referência e, ao mesmo tempo, querer voltar ao mercado", disse um executivo do Citicorp a este jornal.

Viabilizar a volta dos países endividados ao mercado é, segundo Reed, a principal prioridade do Citicorp. E isso não acontecerá se os países obtiverem reescalamentos como o México, que inclui um empréstimo de US\$ 6 bilhões, até agora não desembolsado, porque cerca de 100 bancos pequenos se recu-

sam a aderir. Este empréstimo tem prazo de pagamento de 12 anos e uma taxa de risco de 0,81%, a mais baixa até agora obtida por qualquer país devedor.

A atitude de oposição do Citicorp aos "spreads" mais baixos não deve ser confundida com o desejo do Citicorp de diminuir seu envolvimento com os países endividados, explicou o jovem "chairman" do Citicorp. "Um dos mitos mais persistentes é que nós podemos abandonar esses países. Nós temos enormes operações em muitos deles. Nós não poderíamos deixar o Brasil mesmo se o quiséssemos", afirmou ele.

Reed afirmou, em sua entrevista ao Journal, que o Citicorp continuará a apoiar as negociações de dívida pelo sistema de comitê de bancos credores. Mas as recentes divergências surgidas no reescalonamento das dívidas das Filipinas e do Chile, em que o Citicorp se viu numa posição isolada, bem como a resistência dos bancos pequenos a embarcar e desbloquear o início do desembolso do empréstimo para o México (cujo comitê é presidido pelo Citicorp), são claros sinais de desgato no mecanismo.

05 FEV 1987

O RISCO DO CITIBANK NOS PAÍSES ENDIVIDADOS
(BILHÕES DE DÓLARES, EM 31/12/1986)

País Devedor	Dívida Total	Dívida a Bancos	Empréstimos do Citicorp (1)	(%) Empréstimos Capital Primário (2)
Brasil	108,0	77,3	4,6	34,1%
México	100,3	76,7	2,8	20,7%
Argentina	49,8	34,5	1,4	10,4%
Venezuela	35,3	30,0	1,1	8,2%
Filipinas	26,7	15,0	1,7	12,6%
Chile	21,4	14,8	0,6	4,4%

1 — O Citicorp é o maior credor privado do Brasil e do México, embora empréstimos que outros bancos fizeram a esses países representem um percentual maior de seu capital primário. Manufacturers Hanover Corp. emprestou mais do que o Citicorp para a Argentina e o Chile e o Bank of America Corp. e o Chase Manhattan Bank emprestaram mais para a Venezuela.
2 — O capital primário é formado pela soma dos ativos, mais reservas de provisão para perdas mais títulos e debêntures subordinadas a depósitos.

Fonte: Morgan Guaranty and Trust Co., Citicorp, in Wall Street Journal.

Apoio de órgão da ONU

O governo brasileiro encontrou no presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), organismo vinculado à ONU, Idriss Jazairy, um aliado nas suas posições em relação à renegociação da dívida externa: "Não se pode admitir um programa de ajustamento econômico, para renegociar débitos externos, se ele for causar impacto às classes mais pobres, as mais vulneráveis".

Seu posicionamento foi manifestado em audiência com o presidente José Sar-

ney e com os ministros do Planejamento, João Sayad, da Agricultura, Iris Resende, e das Relações Exteriores, Abreu Sodré. Na entrevista coletiva, convocada para que relatasse seus encontros com membros do governo brasileiro, Idriss Jazairy chegou a esboçar de que forma o organismo que preside pode ajudar na solução dos problemas de balanço de pagamento de países mais pobres: a concessão de empréstimos com prazo de amortização de cinquenta meses, com juros de 1% ao ano e prazo de carência de dez anos.